



BALCÃO DIGITAL TJMG

Ângela Correa Franco¹
Jadiel Araújo da Silva Filho¹
Maria Sônia Ferreira Lopes¹
Sebastião Freire Sales Junior¹
Rafael Lima Gomes Ferreira²

1-Estudante do curso de Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE/JANUÁRIA.

2-Professor do curso de Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE/JANUÁRIA.

INTRODUÇÃO

O Balcão Digital, programa criado pelo TJMG, é uma iniciativa que busca modernizar e dar celeridade aos serviços ofertados pelo poder judiciário. Por meio dele, os interessados conseguem ter atendimento de forma virtual, como se presente estivessem. “Trata-se de uma plataforma de videoconferência na qual as secretarias promovem atendimento imediato aos interessados, durante o horário de expediente, em moldes semelhantes ao presencial” (TJMG, 2023)

Por meio do citado sistema, uma parte do processo pode ter acesso aos autos de onde estiver e, desta forma, o TJMG promove mais transparência, celeridade no atendimento aos interessados e economia de recursos. Nesse sentido e no tema que estamos apresentando, buscamos experiências de um aluno do segundo período do curso de bacharelado em direito e servidor do Fórum da Comarca de Manga/MG **em dois tempos**, como funcionava o poder judiciário em andamento processual antigamente (antes da implantação do Balcão Digital) e na atualidade.

Logo, esta proposta de trabalho objetivou analisar a aplicação e a experiência de um servidor que conviveu com as mudanças provenientes da implementação do Balcão Digital.

MÉTODO

As principais bases desta trabalho foram as pesquisas realizadas no site do TJMG e os relatos e experiência do aluno e servidor do judiciário: *Sebastião Freire Sales Júnior*



que ingressou no poder judiciário no ano de 2001, no Fórum João Cunha Ortiga, Comarca de Manga-MG, na época, cedido pelo município de Matias Cardoso-MG, através de Contrato celebrado entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e o referido município.

As palavras-chave utilizadas nas pesquisas realizadas no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais foram: Balcão Digital, TJMG, consulta processual e tecnologia no poder judiciário.

Este trabalho buscou responder: Como era antes da implantação do Juízo 100% Digital e como está sendo após sua implantação?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiro período

No período de 2001 a 2011, trabalhava na secretaria criminal da vara única da Comarca de Manga/MG, onde desempenhava atividade de atos de ofício, como atendimento ao balcão público, juntada de documentos, todos os tipos de baixa, como processos devolvidos do Ministério Público, do advogado, da Delegacia de Polícia, da Contadoria do Juiz e outros tipos de baixas.

Como funcionava? Vou apresentar, como experiência de servidor, como funcionava um pouco sobre andamentos processual desde a distribuição até a sentença final e, para tanto, escolhi procedimento criminal. Será colocado de forma cronológica como funcionava o andamento processual da sua distribuição até a sentença

Primeiro, existia um livro de distribuição e registro de feitos criminais e cíveis, onde o servidor, ao receber um feito, registra de forma manuscrita, cadastrando o número de registro, data do fato, nome do investigado (tendo em vista que escolhi criminal), nome da vítima. Havia um campo também onde, no caso de objetos apreendidos, teria que descrever de forma circunstanciada todos os dados qual seja objeto, que poderia ser uma arma branca, arma de fogo, valor pecuniário, drogas e demais objetos.

Feita toda essa parte de cadastramento, o inquérito policial já era lançado em outro livro, ressaltando que, nesse período, todo lançamento e toda movimentação eram manuscritos. Não existia nenhum tipo de sistema eletrônico de protocolos ou



distribuição. O livro de remessa ou carga como era denominado para o Ministério Público. “Lembrando que estamos falando do andamento de um processo criminal”.

Quando o inquérito retornava do Ministério Público, o servidor realizava o serviço de baixa do Ministério Público, como citado anteriormente, que funcionava da seguinte maneira: tinha que buscar nos armários o livro físico de carga onde era necessário escrever a data de devolução. Posteriormente, o próximo andamento seria a carga para o juiz da mesma forma procedimental.

Vamos fazer uma suposição de que, nesse inquérito, o Ministério ofereceu denúncia e o juiz recebeu a referida denúncia, transformando o referido inquérito numa ação penal conhecida como processo. Como o inquérito foi convertido em processo ação penal, ao receber do juiz procedendo toda a baixa e lançada a data de devolução, o próximo passo seria o modo como o servidor leria o despacho do juiz e cumprir a determinação.

No caso em exemplo, o juiz, naquela época, determinava a citação do acusado, assim como designada data para interrogatório (hoje o procedimento penal alterou) e como o servidor cumpria essa determinação. Cada servidor tinha seu computador, quase todos ainda com sistema operacional Windows 98, havia os modelos de cada documento, como no caso, teria que expedir um mandado de citação e intimação, que citava a denúncia apresentada e intimava para comparecer ao interrogatório designado.

Como esse mandado de intimação chegava até o oficial de justiça do juiz? O mandado era cadastrado no livro de entrega de mandados ao oficial, o servidor o entregava ao oficial, este o assinava recebendo.

O procedimento também citado acima, de juntada física, como era realizado? O servidor pegava o mandado e juntava/anexava no processo. Normalmente, eram duas laudas porque tinha contrafé assinada pelo acusado e a certidão em que o oficial certificava o ato realizado da citação. Mas, o oficial, para não redigir no computador, às vezes, escrevia a certidão no verso do mandado. Todo ato processual tinha toda essa dificuldade por ser realizado de forma manual.

Continuando o exemplo no caso desse processo, o acusado procura um advogado para apresentar sua defesa prévia, que assim era a denominação do tipo de defesa nessa fase. O advogado comparecia pessoalmente ao balcão da secretaria com o nome do acusado e, nesse atendimento, o servidor pedia o nobre causídico para aguardar as



buscas que na, maioria das vezes, literalmente tomava um chá de cadeira, pois o servidor iria procurar livro de registro e consultar o nome do acusado para verificar o número do processo cadastrado, em seguida, como a numeração tinha um local próprio onde pegava o processo.

Após localizar o processo, o servidor pegava o livro de carga para o advogado e lançava todos os dados do processo como citado acima, em seguida o advogado assinava e poderia levar/retirar da secretaria para seu escritório para fazer a defesa. Todos os atos até a sentença de forma física e manual, sempre todas as movimentações com lançamentos eram escritos em diversos livros próprios de registros.

Atendimento ao Público

O atendimento ao público nessa época funcionava da seguinte forma: a parte ou advogado, para ter acesso aos autos, teria de comparecer à secretaria para ter vista ao processo e realizar qualquer manifestação, mesmo a parte ou advogado morando em outro Estado.

Quando era necessário expedir um documento, para enviar à outra Comarca como uma carta precatória, o servidor a expedia e depois a postava nos correios, que tinha de esperar o AR – Aviso de Recebimento – chegar para, assim, começar acompanhar o andamento na Comarca deprecada, lembrando que, na Comarca, também era tudo de forma manual, daí a morosidade de um processo para ser concluído. Outro exemplo é quando um advogado ajuizava um pedido de alvará judicial para levantamento de valores. Após o juiz determinar, o servidor expedia um alvará manual e, em posse dele, deslocava-se até a agência bancária que, após toda conferência, realizava o pagamento.

SEGUNDO PERÍODO: 06/10/2022 até a presente data

Depois de aproximadamente 10 anos, retornei ao judiciário no mesmo Fórum da Comarca de Manga/MG, desta vez vinculado através da Empresa terceirizada do TJMG Plansul Consultoria LTDA, na função de assistente de unidade judiciária ao gestor.

Nessa segunda experiência, já ingressei com todas as transformações tecnológicas tendo que me adequar às novas movimentações processuais, como JPE segunda instância, PJE, malote digital, diversos sistemas eletrônicos do poder judiciário, como BNMP em que são realizadas as expedições de Mandados de Prisão e Alvarás de



Soltura, que foram os mais usados, como também o DEPOX para a expedição de alvarás para levantamentos de valores pecuniários.

Agora, na atualidade, utilizamos o serviço de **Balcão Digital**, onde advogados e partes recebem atendimentos através de plataforma própria do TJMG na modalidade videoconferência, situação em que protocolam petições e juntam documentos, tudo de forma online e as partes também são atendidas e cientificadas acerca do andamento processual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fazendo uma comparação dos procedimentos de atos de ofício do passado e da atualidade, nota-se o quanto houve grandes progressos e desenvolvimentos para maior celeridade e eficiência no andamento e conclusão dos processos.

Um exemplo básico: um advogado do próprio escritório ajuíza uma ação via próprio sistema PJE, que o servidor, através de uma raia/janela de entrada própria, já realiza a triagem inicial em que são feitas as conferências de todas as peças de praxe para cada tipo de ação. Em seguida com uns poucos cliques, remetem para o juiz que também já sinaliza a entrada para o magistrado. Há evolução de uma grandeza enorme para dar melhor andamento processual e maior celeridade aos processos.

As audiências de conciliação, instrução e de transação penal quase todas são realizadas através de videoconferências, em que as partes recebem o link para acessarem, na data e horário designados, podendo ser acessada, caso tenha uma *internet* regular, pelo próprio celular.

Como disse o professor Rafael Lima Gonçalves Ferreira, durante a aula de Jurimetria realizada via Google Meet no dia 29/09/2023, não há como frear mais a modernização da utilização da tecnologia. Todo dia passa, o TJMG busca implantar novos sistemas aos quais todos os servidores e utilizadores devem acompanhar e aprender a operar e, assim será, progressivamente, pois a utilização de tecnologia, como vimos na experiência transmitida, só traz benefícios a todos os interessados na justiça brasileira.

CONCLUSÃO

Os resultados da implantação do Balcão Digital TJMG são significativos. O tempo necessário para considerar os processos judiciais foi significativamente reduzido,



proporcionando a todos acesso rápido e fácil aos processos judiciais. As plataformas digitais também facilitam o acompanhamento do processo pelos advogados e pelas partes, contribuindo para uma maior transparência e eficiência do sistema judicial, a dinâmica tradicional também acabava por criar certas amarras geográficas, já que nem todos os clientes podem arcar com os custos de deslocamento dos advogados de sua preferência para outras cidades ou estados. A economia de recursos físicos, como papel e espaço de armazenamento, também é um dos benefícios importantes dessa iniciativa.

O Balcão Digital implantado pelo TJMG é um avanço inovador na área de contencioso, melhorando a eficiência e a acessibilidade dos serviços judiciais. O sucesso contínuo desse projeto depende do compromisso contínuo com melhorias que garantam que a justiça seja verdadeiramente acessível e justa para todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

TJMG. **TJMG vai implantar projeto-piloto Balcão Virtual**. Disponível em: <<https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/tjmg-vai-implantar-projeto-piloto-balcao-virtual.htm#>>. Acesso em: 21 set. 2023.

SALES JUNIOR, Sebastião Freire. **Relato de Experiência: Atuação no Fórum João Ortiga da Cunha da Comarca de Manga/MG**. Januária-MG, 2023.p